

MANUELA CARNEIRO DA CUNHA (ORG.)
FRANCISCO M. SALZANO
NIÉDE GUIDON
ANNA CURTENIUS ROOSEVELT
GREG URBAN
BERTA G. RIBEIRO
LUCIA H. VAN VELTHEM
BEATRIZ PERRONE-MOISÉS
ANTÔNIO CARLOS DE SOUZA LIMA
ANTÔNIO PORRO
FRANCE-MARIE RENARD-CASEVITZ
ANNE CHRISTINE TAYLOR
PHILIPPE ERIKSON
ROBIN M. WRIGHT
NÁDIA FARAGE
PAULO SANTILLI
MIGUEL A. MENÉNDEZ
MARTA ROSA AMOROSO
TERENCE TURNER
BRUNA FRANCHETTO
ARACY LOPES DA SILVA
CARLOS FAUSTO
MARY KARASCH
MARIA HILDA B. PARAÍSO
BEATRIZ G. DANTAS
JOSÉ AUGUSTO L. SAMPAIO
MARIA ROSÁRIO G. DE CARVALHO
SILVIA M. SCHMUZIGER CARVALHO
JOHN MANUEL MONTEIRO
SONIA FERRARO DORTA

HISTÓRIA DOS ÍNDIOS NO BRASIL

2ª edição

FAPESP
FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA
DO ESTADO DE SÃO PAULO


COMPANHIA DAS LETRAS

SMC
SECRETARIA
MUNICIPAL DE CULTURA
INSTITUTO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Copyright © 1992 by os Autores

Projeto editorial:
NÚCLEO DE HISTÓRIA INDÍGENA E DO INDIGENISMO

Capa e projeto gráfico:
Moema Cavalcanti

Assistência editorial:
Marta Rosa Amoroso

Edição de texto:
Otacílio Fernando Nunes Jr.

Mapas:
Alicia Rolla
Tuca Capelossi

Mapa das etnias:
Clarice Cohn
Edmundo Peggion

Índices:
Beatriz Perrone-Moisés
Clarice Cohn
Edgar Theodoro da Cunha
Edmundo Peggion
Sandra Cristina da Silva

Pesquisa iconográfica:
Manuela Carneiro da Cunha
Marta Rosa Amoroso
Oscar Calávia Saéz
Beatriz Calderari de Miranda

Revisão:
Carmen Simões da Costa
Eliana Antonioli

1ª edição 1992

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

História dos índios no Brasil / organização Manuela Carneiro da Cunha. — São Paulo : Companhia das Letras : Secretaria Municipal de Cultura : FAPESP, 1992

Bibliografia.
ISBN 85-7164-260-5

1. Índios da América do Sul — Brasil — História I.
Cunha, Manuela Carneiro da.

92-1393

CDD-980.41

Índices para catálogo sistemático:
I. Brasil : Índios : História 980.41

1998

Todos os direitos desta edição reservados à
EDITORA SCHWARCZ LTDA.
Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 72
04532-002 — São Paulo — SP
Telefone: (011) 866-0801
Fax: (011) 866-0814
e-mail: coletras@mtecnetsp.com.br

AL BR
F2519
.H57
1998x

OS BOTOCUDOS E SUA TRAJETÓRIA HISTÓRICA



Maria Hilda B. Paraíso

As primeiras notícias sobre os Botocudos, ainda chamados de Aimoré ou Tapuia, datam dos primeiros anos de tentativa de colonização do país.

O território ocupado pelos Botocudos compreendia grandes faixas da Mata Atlântica e da Zona da Mata na direção leste-sudeste, constituídas de florestas latifoliadas tropicais, cujos limites prováveis seriam o vale do Salitre, na Bahia, e o rio Doce, no Espírito Santo. Desconhecemos se tal ocupação foi processada simultaneamente ou se — em decorrência da intensa migração dos vários grupos, acentuada pelo contato belicoso com a sociedade dominante — a referida ocupação deu-se nos vários pontos em momentos históricos diferentes.

Os primeiros contatos belicosos ocorreram no século XVI, quando da instalação das capitanias de Ilhéus e Porto Seguro. No caso de Ilhéus, os atritos deveram-se às tentativas de apreensão de Aimoré visando substituir a quase desaparecida mão-de-obra tupiniquim após a revolta de 1550 e após a epidemia de varíola de 1562-3 (Paraíso, 1983, 1990).

A revolta de 1550 foi uma reação às tentativas de escravização perpetradas pelos colonos que iniciavam a sua atividade açucareira. A mudança de relações e a opressão fizeram com que os Tupiniquins procurassem libertar-se do jugo pelo ataque e incêndios a engenhos, vilas e canaviais, provocando graves prejuízos à economia local. As medidas coercitivas fizeram-se sentir pela ação do governador Mem de Sá, que, pessoalmente, comandou o ataque

aos Tupiniquins rebelados. O combate culminou na “Batalha dos Nadadores” (Paraíso, 1983), na queima de várias aldeias e na imposição da servidão por dívida aos Tupiniquins como forma de garantir o ressarcimento dos prejuízos provocados durante a revolta.

Já a epidemia de sarampo surtiu também graves efeitos na composição demográfica do grupo. A doença foi introduzida no Espírito Santo por um irmão da Companhia de Jesus e se alastrou pelos vários aldeamentos jesuítcos do litoral. Depois, devido à reação dos índios que optavam por fugir para as aldeias do sertão, a epidemia assumiu proporções que não podem ser avaliadas devido à falta de dados.

A correlação entre esses dois fatores e a reação dos Aimoré está claramente explicitada em vários autores, dentre os quais destacaremos Silva Campos (1947:75-9) ao afirmar que, após a guerra de 1556 e a peste de 1562-3, seguiu-se um longo período de fome devido à falta de braços para desenvolver a lavoura. Os colonos passaram a invadir os sertões para apresar os Aimoré, provocando-lhes a reação também sob forma de ataques constantes aos engenhos, fazendas e vilas.

Já em Porto Seguro, os conflitos iniciais relacionaram-se às entradas promovidas pelos donatários da capitania em busca de ouro e pedras preciosas na região e na vizinha Espírito Santo (Cubas, 1902; Egler, 1962). Assim, sucessivamente e em poucos anos, tivemos as entradas de Antonio Dias Adorno; Francisco de Buza Spinoza, Martin de Carvalho, Sebastião Fernandes Tourinho, Diogo Martins; Mar-



cos de Azeredo e Fernando de Souza (Senna, 1927; Egler, op. cit.; Vianna, 1935; Maria, 1902; Magalhães, 1944; Almeida Prado, 1945).

Datam do mesmo período os ataques às aldeias jesuíticas de Tinharé, Boipeba e Camamu, que perduraram por todo o século XVII, obrigando a contratação de bandeirantes paulistas para a solução do conflito por meio da decretação de “guerra justa” aos Gueren, em 1673, comandada por João Amaro (Acioly e Silva e Amaral, 1925:132-3; Southey, 1977:278).

As pressões dos moradores da região eram grandes, exigindo a atuação efetiva do governo para defesa dos moradores dessa região, a maior produtora de farinha. Várias experiências foram feitas na tentativa de combater os Aimoré: envio de tropas; construção de um forte em Cairu; estímulo ao surgimento de milícias particulares; distribuição de soldados por fazendas e vilas, sem porém obterem o sucesso almejado.

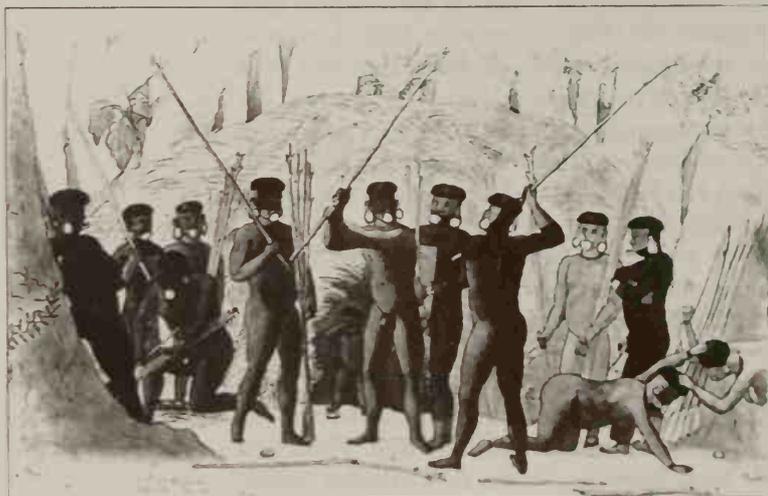
Como última medida foi contratado o sertanista paulista João Amaro Parente com direito à obtenção de escravos na “guerra justa” e a sua venda na Bahia, recebendo ainda como gratificação uma sesmaria no rio Paraguaçu.

Apesar do combate sistemático e das tentativas de aldeamento feitas pelo padre Domingos Rodrigues, que havia aprendido a língua em contato com os Aimoré vendidos como escravos em Ilhéus, os índios continuaram a atacar a região.

Em 1651 a guerra restabeleceu-se, após a decisão do governador Diogo de Oliveira de retirar três casais do aldeamento do rio de Contas para vigiar o deslocamento dos Kiriri.

*Luta de Botocudos.
Quartel dos Arcos,
rio Jequitinhonha.*

Aquarela de
autoria do príncipe
Wied-Neuwied,
1816.



então em guerra contra a Coroa. A não-aceitação do deslocamento favoreceu a aliança entre os dois grupos no combate aos colonos. A guerra teria durado de forma intermitente até 1725, sendo o ano mais crítico o de 1658.

Essa revolta, conhecida por Confederação dos Índios Gueren, coincidiu com o levante de inúmeros outros grupos: os Payayá, Mongoyó, Aramarizes, Orizes, Procazes, Kiriri e outros (Silva Campo, op. cit.:107, 137, 139).

A primeira notícia do aldeamento de Botocudos é de 1602, em Ilhéus. Tal fato deveu-se à ação do padre Domingos Rodrigues. Esses índios foram transferidos para a ilha de Itaparica, no Recôncavo baiano, onde contraíram várias doenças infecto-contagiosas que determinaram a morte de boa parte de sua população e a fuga da restante, que voltou a embrenhar-se nas matas, fugindo do contato.

As áreas das capitanias de Porto Seguro e Espírito Santo continuaram a ser varridas por entradas como as de Wilhelm Glimmer (Maia, op. cit.:32); Fernão Dias Paes Leme; João Correia de Sá e Rodrigo Prado; Agostinho Barbalho Arzão — todas elas entrando em conflito com vários subgrupos Botocudos que viviam na região (Egler, op. cit.:155; Vasconcelos, 1985:785; Pizarro, 1909:524; Taunay, 1928:20).

Já no século XVIII, Domingos Dias do Prado, Antonio Gonçalves Figueira e Sebastião Leme continuavam o trabalho de prospecção de riquezas minerais e de caça e aprisionamento de índios. Alguns aldeamentos são noticiados nesse momento: o de Nossa Senhora dos Remédios de São José da Barra Longa do rio das Contas, São Fidélis do rio Una e o de Nossa Senhora da Conceição dos índios Gren do rio Itaípe, todos na capitania de Ilhéus.

O aldeamento do rio Una, em Valença, foi fundado graças à atuação de um índio Botocudo, criado por um capuchinho, que intermediou a ação entre o missionário e os índios, em 1749. Tal aldeamento teve apoio integral do conde de Sabugosa, interessado em usar os novos aldeados para combater os Pataxó.

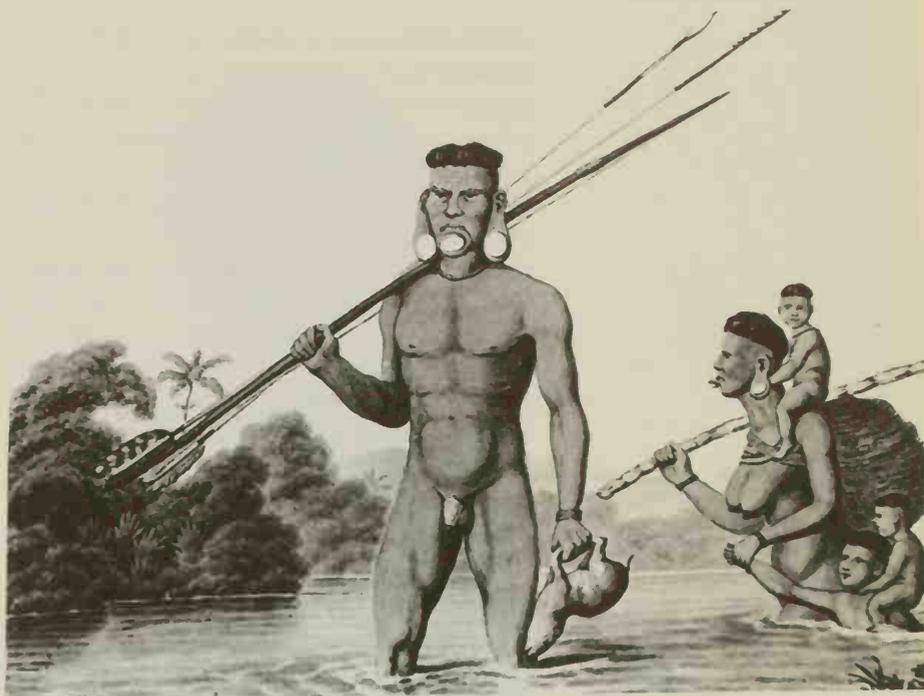
A mesma preocupação fez com que o marquês de Valença determinasse a criação de um novo aldeamento, em 1782, chamado de povoação Nova Almada dos Funis do Rio das Contas, com o mesmo objetivo de combater os Pataxó. Porém, os Gren terminaram por revoltar-se com a decisão de dividir o contingente aldeado em dois blocos de cinquenta

casais. Um ficaria vivendo no aldeamento, o outro, à disposição do capitão-mor para penetrações no sertão da Ressaca. A revolta dos Gren resultou na fuga dos aldeados, apesar da oferta de salário de quarenta réis por cabeça. Os poucos índios que restaram para o trabalho de combate aos Mongoyó e Pataxó, devido aos maus-tratos impostos por diretores, terminaram, também, por abandonar o aldeamento, culminando na sua extinção no início do século seguinte, tendo-se erigido no seu lugar a vila da Barra do Rio das Contas.

O aldeamento de São José da Barra Longa do Rio de Contas perdurou até o século XIX, quando foi extinto sob a alegação de que os índios já não se diferenciavam dos moradores nacionais, não sendo mais necessário garantir-lhes proteção e terras. Sobre o aldeamento de Itaípe não há notícias de quando e por que ocorreu sua extinção.

É interessante observarmos que, entre os séculos XVII e XVIII, ocorreram as falências das capitânicas de Ilhéus, Porto Seguro e Espírito Santo, resultando na sua reversão para a Coroa, que interrompeu os investimentos na região. A razão de tal decisão deveu-se não só ao desinteresse da Coroa portuguesa como também à estratégia de transformar a área em zona tampão que inviabilizasse o acesso sem controle às minas da futura capitania de Minas Gerais. As únicas derrubadas permitidas eram as que se destinavam ao fornecimento de madeiras para a Armada Real. Conseqüentemente, a zona tornou-se o refúgio privilegiado dos grupos indígenas que se mantiveram nas matas interiores, afastados do processo de expansão da sociedade nacional. Eram os Botocudos, Mongoyó, Pataxó, Cumanoxó, Cutaxó, Pañame, Malali, Maxakali, Baenã e Kama-kã. Tal situação permitiu-lhes, até 1760, manterem seus padrões sociais e a integridade de seus territórios. Também as práticas da fuga ao contato e do ataque sistemático às frentes de expansão permitiram resguardar esse refúgio por certo período, considerando-se também a baixa densidade demográfica que caracterizava a ocupação nacional na região das fronteiras do sertão, excetuando-se as áreas de mineração.

A falência da mineração levou a profundas transformações no modelo econômico regional, que vieram a se refletir dramaticamente sobre a vida das populações indígenas ali re-



fugiadas. As novas opções econômicas foram a pecuária, o comércio e a agricultura, e as zonas de escoamento dos produtos foram os grandes rios locais, que apresentavam como característica o fato de nascerem em Minas Gerais e atravessarem o Espírito Santo ou a Bahia, garantindo acesso aos portos litorâneos.

O povoamento inicia-se ao longo desses rios como suporte para o comércio, para o combate aos Botocudos e a expansão da ocupação territorial. Surgem, então, São João do Paraíso nas cabeceiras do Pardo, em conexão com Canavieiras no litoral, vila do Fanado de Minas Novas, no Jequitinhonha, e vila de Belmonte na Bahia; Philadelphia, hoje Teófilo Otoni, no Mucuri, e Nova Viçosa, na sua foz baiana; Pessanha, no rio Suaçuí, afluente do Doce, em Minas, e Regência na sua foz capixaba. O desenvolvimento desses centros exigia a superação de algumas dificuldades, ainda que aproveitando as rotas naturais dos rios: carência de pontos de abastecimento para as tropas, falta de segurança e ausência de estradas mais adequadas.

A necessidade de solução para esses entraves motivou investimentos massivos na abertura das rotas, com seus implementos complementares: a construção de presídios, quartéis e destacamentos e o aldeamento dos Botocudos, além de outros ligados a incentivos para a instalação de colonos. Pelo que se depreen-

Capitão June e sua esposa, rio Jequitinhonha. Gravura de M. Wied-Neuwied (1815-17).

de dos documentos relativos ao rio Doce, entendemos que o presídio funcionava como o centro de decisões de uma divisão militar, local onde residia o maior contingente de tropas e os oficiais mais graduados; nos quartéis temos as estruturas intermediárias de decisão, ali residindo tenentes ou alferes e, excepcionalmente, um graduado inferior, como sargento e cabo. Os quartéis têm sob o seu controle alguns destacamentos. A estrutura física do quartel é mais complexa que a dos destacamentos e mais simples que a dos presídios. Finalmente, os destacamentos são estruturas menos complexas de poder e organização. Ali ficavam alocados poucos soldados e, excepcionalmente, graduados, ocupando, na maioria das vezes, uma simples cabana de palha.

Há, portanto, toda uma hierarquia militar de ordenamento do poder de decisão e comando, que se revela não só na composição da tropa sediada como também nas construções e investimentos realizados para guarnecer as tropas.

Esse quadro de expansão da sociedade dominante coincide com o momento que poderíamos definir como de vácuo em termos de orientação de política indigenista. Após a Carta Régia de 12/5/1798, fruto da pressão de latifundiários insatisfeitos com a maneira “branda” como os índios eram tratados, ressurgiu o sentimento de que a problemática deveria ser tratada por meio da violência, para que se processassem com a devida rapidez as transformações julgadas necessárias, como a liberação dos territórios indígenas e o engajamento compulsório de uma população em trabalhos e atividades consideradas essenciais para o desenvolvimento das regiões interioranas (Paraíso, 1990).

A referida Carta Régia aboliu o direito de os índios venderem livremente a sua força de trabalho, restaurando a dominação mais direta sobre os trabalhadores indígenas com os estímulos aos descimentos e a imposição de trabalho compulsório em atividades que deveriam ser realizadas, preferencialmente, fora do perímetro da aldeia, fosse em propriedades particulares ou em obras públicas.

Esse tipo de raciocínio e de busca de alternativas de ocupação econômica para a área em apreço redundou numa política e numa prática militarista violenta e expropriadora das

terras indígenas, além de exploradora da força de trabalho dos grupos, resultando praticamente no seu extermínio.

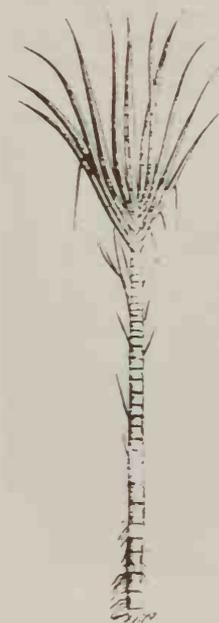
A política indigenista expressou-se mediante um conjunto de leis emitidas sucessivamente, que atendiam aos argumentos dos colonos e governantes, baseadas na necessidade de levar o desenvolvimento aos sertões e na ferocidade dos Botocudos, que reagiam, a seu modo, ao devassamento do seu território. Os principais mentores e executores dessa política militarista foram d. Rodrigo de Souza Coutinho, o conde de Linhares, ministro da Guerra de d. João VI, o conde de Palma, o ouvidor de Porto Seguro, José Marcelino da Cunha, os presidentes da província do Espírito Santo, Antonio Pires da Silva Pontes, Manoel Tovar e Francisco Alberto Rubim, e Pedro Maria Xavier, presidente da província de Minas Gerais.

É interessante observarmos que é na área das antigas capitanias falidas — Ilhéus, Porto Seguro e Espírito Santo — que o movimento assume formas mais agressivas. Na busca de uma alternativa econômica para a região, construiu-se o primeiro quartel do rio Doce — o do Porto do Souza — na fronteira entre Espírito Santo e Minas Gerais, e iniciou-se a criação das Companhias de Pedestres, que viviam manter mobilizados homens treinados para combater os Botocudos (Rubim, 1934; Novaes, s. d.) já em 1800.

Os ataques ao quartel do Souza motivaram a Carta Régia de 5/5/1801, por meio da qual decretava-se “guerra ofensiva aos Botocudos antropófagos” e ordenava-se a distribuição de destacamentos por todo o território “infestado” pelos mesmos. Essa Carta Régia criava as condições necessárias para que se efetivassem as medidas sugeridas pelo Edital de 6/3/1801, pelo qual passava-se a permitir a distribuição de sesmarias às margens dos rios, acelerando-se, assim, a dominação sobre os grupos indígenas.

Na região da Bahia e Minas Gerais, três Cartas Régias definiram a ação local contra os Botocudos: as de 13/5, 5/11 e 12/12 de 1808.

O estopim da decretação da “guerra justa” foi a concessão de uma sesmaria à família de João Gonçalves da Costa, na área hoje compreendida pelo município de Vitória da Conquista, na Bahia, e a reação dos índios à ação da 7ª Divisão Militar do Jequitinhonha, responsável pela construção da estrada entre as vilas de Fanado e Belmonte.



João Gonçalves da Costa e sua família, principalmente seu genro, coronel João Antônio Dias de Miranda, é que vão realizar o projeto de introdução da pecuária na região do rio Pardo, sob a proteção da 7ª Divisão Militar. Sua ação estendeu-se pelos rios de Contas e Jequitinhonha.

Os combates com os vários grupos indígenas da região — Botocudo, Pataxó, Kamakã e Mongoyó — são claramente percebidos na toponímia local: Batalha, Conquista, Sucesso, a capela de Nossa Senhora da Vitória e a Imperial Vila da Vitória, depois conhecida por Vitória da Conquista. Os pedidos de ajuda ao governo provincial eram constantes: machados, facas, facões, carapuças vermelhas, enxadas, chumbo, pólvora e tecidos para que pudessem atingir os objetivos de combate e aldeamento dos índios.

Além da introdução da pecuária, outro objetivo que provocava fortes reações por parte dos índios era a criação de corredores de comércio entre a região e Minas Gerais.

Os índios não aldeados eram motivo de preocupação constante e de combate sistemático, e suas reações se faziam presentes nos ataques aos empreendimentos da família Costa/Miranda. Os aldeados tinham como principal prática de reação a fuga sistemática dos aldeamentos e a volta para o sertão (Paraíso, 1983).

A política definida por essas cartas régias para o Jequitinhonha e adjacências foi coordenada pelo conde de Palma e executada pelo ouvidor de Porto Seguro, por meio das Juntas Militares dos rios Doce, Jequitinhonha e Pardo.

Essa política manifestou-se na construção de quartéis, destacamentos, ordenados em circunscrições e divisões militares espalhadas nos rios Doce — sete divisões e 33 quartéis; Jequitinhonha — duas divisões e doze quartéis; Mucuri — duas divisões e quatro quartéis; Itanhém ou Jucuruçu — quatro quartéis; Prado — quatro quartéis; São Mateus — quatro quartéis; e outros 26 quartéis espalhados em outros rios de menor porte.

Com a reinstauração do sistema de “guerra justa” e o ressurgimento da figura do “caçador de índios”, acelerou-se o processo de desapropriação de novos territórios e a desarticulação das sociedades indígenas que haviam conseguido manter-se em áreas marginais à atividade mineradora.



Botocudo da Colônia Leopoldina, Bahia, 1876.

A garantia de tal processo calcava-se na construção de quartéis e destacamentos, principalmente entre 1800 e 1814, nas três províncias. É interessante também observarmos que essa política voltava a implantar o cativo, com data marcada para seu início (o momento do batismo do capturado), porém sem data definida para seu encerramento, considerando-se que não havia determinação de quando os índios seriam batizados.

A caça aos Botocudos criou uma nova situação no relacionamento colonizador/colonizado. Cada vez mais, pequenos bandos procuravam contatos pacíficos, entregando-se ao aldeamento como forma de garantir a sua sobrevivência, ameaçada pelos choques com os colonizadores e com outros grupos indígenas, em função da redução e da perda dos territórios. A fome é uma das razões atribuídas por vários responsáveis pela administração da região (Ottoni, 1858) para tal atitude. Isso pode ser comprovado pelas constantes afirmativas de que os índios aproximavam-se dos quartéis em busca de alimentos e pelas notícias de ataques às roças dos colonos. Em decorrência dessa situação, nova Carta Régia, de 1808, delegava ao presidente da província de Minas Gerais a responsabilidade de implantar aldeamentos próximos a quartéis (Matos, 1981:74). Para atender a tal determinação, grandes ro-

ças de banana, milho, mandioca e árvores frutíferas serviram como chamariz para os esfomeados índios. Os quartéis também eram os únicos pontos de aquisição das ambicionadas ferramentas "civilizadas" (Saint-Hilaire, 1936; Wied-Neuwied, 1957; Spix e Martius, 1976).

A área que primeiro foi considerada como "pacificada" foi a do rio Jequitinhonha, sob a administração do conde da Palma (Wied-Neuwied, op. cit.). Apesar disso, o próprio autor afirma que havia determinados grupos, como o comandado pelo "capitão" Josué, que se recusavam sistematicamente ao contato, mantendo-se em constante deslocamento pelas matas, em fuga, e envolvendo-se em conflitos com outros grupos que aceitavam o contato com os representantes da 7ª Divisão Militar. Posteriormente, é a região do rio Doce e seus afluentes mineiros, sob a administração de Guido Tomaz Marlière, que passa a ser considerada sob controle. A designação de Marlière data de 1813 e visava apenas averiguar as irregularidades cometidas pelos diretores de índios das aldeias dos Puri, Coroados e Coropó no sul da capitania mineira. É a partir de suas observações que apresenta o projeto de administração para os índios da região, sendo indicado para o cargo de diretor de índios de Minas Gerais pelo governador Manoel de Portugal e Castro em 1818. Muitos dos grupos, entretanto, refugiaram-se nas matas do Mucuri e no médio curso do rio Doce, onde sua ação não chegava a ter eficácia. O vale do Mucuri só foi devassado após 1847, graças à ação da Companhia do Mucuri, administrada pela família Ottoni, posteriormente à ação desenvolvida no rio Pardo.

A ação dos Ottoni encontrou forte resistência no cacique Poton, dos Jiporok, que se recusou a estabelecer contato. Por sua resistência terminou por ser assassinado em Linhares, o que facilitou a negociação de Ottoni com os demais grupos do rio Todos os Santos e que se opunham a Poton: os caciques Ninkate, Timóteo, Poté, Krakatan, Inhome e Nereré. A oposição a Ottoni passou a ser comandada por Imã e Paulo Pojoxá, conhecido por Flagelo do Mucuri. Os ataques aos fazendeiros e construtores de estradas necessárias ao escoamento dos produtos da Companhia eram constantes. Foi graças à intermediação do cacique Timóteo que Imã e Paulo aceitaram a construção de uma estrada, mas continuaram a resistir ao

contato, refugiando-se nas matas interiores do vale do Mucuri e São Mateus.

Nessa fase, compreendida entre 1800 e 1850, na área entre os rios Pardo e Doce, estabeleceram-se 73 aldeamentos e 87 quartéis. Em torno dos quartéis e aldeamentos surgiam formas econômicas de vida que redundaram, na maioria dos casos, no surgimento de vilas e arraiais, transformados, hoje, em sedes de prósperos municípios nos três estados. Em volta dessas estruturas fixavam-se: soldados e suas famílias; índios *mansos*, inimigos tradicionais dos Botocudos; artesãos; comerciantes e aventureiros (Saint-Hilaire, op. cit.).

As relações entre os destacamentos e os Botocudos nem sempre eram baseadas nessa aparente cordialidade. Os ataques aos quartéis eram constantes e as reações, violentas, o que constituía, inclusive, justificativa para o aumento do efetivo militar, construção de novos quartéis, compra de novos equipamentos e armas e a constante emissão de cartas régias. As de 1808 tiveram como argumento os ataques aos quartéis de Coutins (Linhares) e Porto de Souza (Aimoré) (Zuti, 1982).

Esse plano de "civilização" aplicado aos Botocudos nesse período apresenta algumas características que consideramos relevante ressaltar. A primeira era a tradição de usar os próprios índios como combatentes dos demais, fossem de grupos inimigos ou até mesmo do próprio grupo Botocudo. Também era constante o uso do "língua" (intérprete indígena) para que realizasse o trabalho de convencimento dos demais, atraindo-os para as "benesses da civilização". Como afirma Guimarães (1990), "o 'língua' atuava decisivamente na estrutura interna do grupo: manipulando as lideranças, incorporando os valores concebidos pela sociedade dominante e introduzindo no grupo 'bens' (objetos cortantes, utensílios e adornos). A introdução de bens estranhos, não produzidos pelos Botocudos, provocava uma situação de desigualdade intragrupal. A aquisição destes bens estabelecia, entre os índios, a noção de prestígio social para os detentores e causava a gradual perda de seus valores, principalmente os de igualdade e solidariedade".

Um dos "línguas" mais famosos pela sua atuação, que ultrapassava as simples funções de tradução, é Guido Pokrane, afilhado e representante do diretor Guido Tomaz Marlière. Pokrane não só exercia as funções de con-

vencimento, como também as punitivas para com os grupos botocudos rebeldes e refratários às determinações do seu padrinho. Como reconhecimento por sua atuação, Pokrane, além de ter acesso direto e privar da intimidade do diretor, também recebia prêmios e benesses especiais por sua fidelidade. O reconhecimento por sua atuação junto aos Botocudos “rebeldes” encontra-se até hoje na adoção de seu nome para a sede do município que se originou do seu aldeamento.

Outro aspecto a ser ressaltado é o de obrigar os Botocudos a uma convivência forçada com os nacionais, fosse nos aldeamentos ou pela sua incorporação como mão-de-obra escrava, capturada ou vendida, particularmente as crianças (*kurukas*), altamente valorizadas no comércio regional. A apreensão e distribuição de *kurukas* era prática comum e se fazia não só entre fazendeiros, juizes, escrivães, nobres, presidente das províncias, mas chegou a envolver até mesmo o imperador d. Pedro II. Quando os *kurukas* permaneciam nas fazendas, destacamentos ou quartéis próximos às aldeias, muitas vezes eram resgatados pelos pais que atacavam os locais em que viviam seus filhos. São inúmeros os relatos de ataques sob essa alegação, como o da fazenda dos Viola, no Mucuri, onde os índios mataram oito pessoas para resgatar dois *kurukas* que ali viviam. É a partir desse ataque do “capitão” Poton dos Pojixá que os Ottoni encontram a justificativa para combater esse grupo. Também o loteamento das terras dos Botocudos era justificado, pela necessidade de promover a ocupação e desenvolvimento da região, pelo estímulo à “civilização” que a convivência levaria (Medeiros, 1978; Ottoni, 1858).

Os casamentos mistos eram estimulados de forma a completar o processo de integração. O próprio Marlière, em 1826, enviou circulares aos vigários de vilas ou cidades orientando-os sobre esses tipos de casamentos. Nos aldeamentos e quartéis eram os diretores dos índios e os comandantes das divisões que se encarregavam de realizar os casamentos interétnicos. A grande justificativa era incorporá-los aos fundamentos da “instituição da família” (Mello Franco, 1919:46). Um dos elementos transformadores introduzidos pelos casamentos interétnicos era a instituição do casamento monogâmico e a sedentarização forçada do grupo, acelerando, assim, a descaracterização tribal.

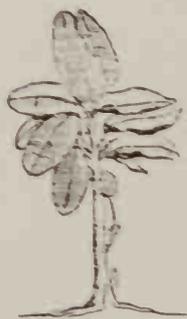
A partir de 1830 intensificou-se o uso do trabalho dos Botocudos na extração da poaia, na agricultura, na construção de estradas, nos serviços militares e domésticos, principalmente após a demissão de Marlière pelo governador José de Souza Guimarães — que não concordava com a administração do diretor dos índios no tocante às tentativas de preservação das terras dos aldeamentos e de limitar os casos de escravização. As reações dos grupos não aldeados intensificaram-se, levando-os a crescentes conflitos e à busca de refúgio em áreas não ocupadas e exploradas. Os principais subgrupos botocudos atingidos nesse período foram os *Naknenuk*, *Krakmun*, *Pejaerum*, *Jiporok* e *Pojixá* (Emmerich e Monserrat, 1975:13).

Os trabalhos de catequese entre o período de expulsão dos jesuítas (1759) e o início dos trabalhos dos capuchinhos ficaram sob a responsabilidade dos diretores de índios, que administravam os aldeamentos e escolhiam um índio para dar continuidade à educação religiosa. Essa foi a situação dos aldeamentos do litoral baiano criados por jesuítas entre os séculos XVI e XVIII.

Os primeiros capuchinhos instalaram-se na região do rio Mucuri e adjacências (1853), incluindo a bacia do São Mateus. Para atender aos índios dessa região foi criado um grande aldeamento: o de Nossa Senhora da Imaculada Conceição de Itambacuri, em 1873, para catequizar os Botocudos “arredios” — referindo-se aos *Pojixá* dispersos no vale do São Mateus (Palazollo, 1956).

Esse aldeamento, como tantos outros aliás, teve um fim trágico. Os índios revoltaram-se, os sobreviventes refugiaram-se nas matas em busca da antiga liberdade, enquanto apenas um pequeno grupo permaneceu no aldeamento. Foram imediatamente obrigados a conviver com colonos de origem italiana, o que terminou por destruir a organização social. Os sobreviventes foragidos foram perseguidos pelas matas até a morte do seu líder, Paulo Pojixá. Esse líder — que havia resistido a se aldear em Itambacuri e arranchava-se próximo a Philadelphia, hoje Teófilo Otoni — aceitou o convite de Frei Serafim de Gorizia para instalar-se junto à missão. Na mesma noite organizou a fuga dos aldeados, restando apenas duas crianças. Quando procurado pelo frei, acusou-o de ser um soldado disfarçado de padre. Refugiou-se, então, no São Mateus, onde foi pro-





curado pelos “línguas” de frei Ângelo, tendo-os sempre atacado. Frei Serafim conseguiu convencê-lo a aldear-se em Itambacuri.

Uma epidemia de sarampo, que provocou grande mortandade entre os índios aldeados, fez com que esses acusassem os padres de serem feiticeiros e se revoltassem, queimando o aldeamento e matando alguns dos frades. Os Pojixá já haviam se retirado antes da revolta, porém não foram poupados da repressão que culminou na morte de mais de trezentos índios e na prisão perpétua dos líderes do movimento.

O novo líder dos Pojixá, Vakman, passou a comandar as ações contra fazendas e os trabalhadores da Estrada de Ferro Bahia-Minas. Seu ataque à fazenda do barão de Aimoré, no São Mateus, em 1909, atraiu toda a repressão sobre esse grupo. Nem mesmo a chantagem desenvolvida por frei Serafim, usando o filho de Paulo para atraí-lo a Itambacuri, surtiu o efeito desejado: o líder Pojixá aceitou manter relações pacíficas com a população vizinha, mas exigiu continuar a viver em São Mateus, onde morreu de velhice. Já o seu substituto, Vakman, morreu com seus melhores guerreiros numa emboscada em Philadelphia, onde tinha ido negociar com os capuchinhos (Medeiros, op. cit.).

Em 1884, Ehreinreich assim definia o que restava do território botocudo: um quadrado formado pelos rios Doce, Mucuri, Suaçuí Grande e São Mateus, onde viviam os *Naknenuk*, *Nakrehé*, *Etwet*, *Takruk-krak* e *Nep-nep*. Em 1898, monsenhor Claro Monteiro do Amaral localizava mais três subgrupos: os *Gutkrak*, os *Nak-Nhaphmã* e os *Miñajirum*.

As aldeias existentes foram desativadas, e as terras leiloadas pelo governo provincial, ficando a população indígena abandonada a sua própria sorte.

O início do século XX transformou o sul da Bahia, o norte do Espírito Santo e a região do Doce, em Minas Gerais, na principal área de atuação do recém-criado Serviço de Proteção aos Índios (SPI), devido à construção das estradas de ferro Bahia-Minas e Vitória-Minas, que penetraram os últimos territórios dos Botocudos. Para atender às necessidades de viabilizar os trabalhos dos operários, foram criados os *postos de atração* da Ermida, no trecho baiano do Jequitinhonha; um no rio Pepinunque, para os *Jiporok*; outro no rio Pancas, para

os *Miñajirum*, no Espírito Santo; outro no rio Pancas, para os *Gutkrak*; e o do rio Eme, para os *Krenak*, em Minas Gerais.

A tática usada pelo SPI foi a de, aos poucos, extinguir esses postos, alegando a drástica redução da população em decorrência do contato estabelecido pelo órgão, que não foi capaz de evitar a grande quantidade de doenças infecto-contagiosas que atingiram de forma violenta os grupos aldeados. Restou apenas o do rio Eme, destinado aos Krenak, e para onde foram transferidos os sobreviventes dos demais aldeamentos, passando a chamar-se Guido Marlière.

As relações entre os Botocudos e o SPI não podem ser caracterizadas como fáceis. Alguns desses grupos, como os *Gutkrak*, cindiram-se devido à não-aceitação do contato por parte de alguns dos seus membros. A dissidência dos *Gutkrak* deu origem aos Krenak, cujo “capitão”, homônimo, refugiou-se nas matas do rio Doce, em Minas Gerais (Estigarribia, 1913 e 1934). Mesmo em Resplendor, Krenak continuou a recusar-se ao contato, refugiando-se na aldeia de *Quijeme Brek*. A atração foi estabelecida com o filho de Krenak, Muhin, que foi, inclusive, quem determinou a localização do posto de atração montado pelo SPI (Estigarribia, 1934).

É interessante observarmos que a manutenção do posto de atração do Eme não fazia parte do programa do SPI, que o considerava como temporário, pois era sua intenção transferir os Krenak para o Posto Indígena do Pancas, no Espírito Santo. Foi a reação determinada de Muhin e seus comandados que reverteu esse projeto. Todas as tentativas de transferência eram seguidas de sessões de “cólicas intestinais dantescas”, que faziam com que os índios rolassem pelo chão aos gritos. Tal atitude obrigou o SPI a entabular negociações com o governo do estado de Minas Gerais para a demarcação e doação definitiva da área para os Krenak e Pojixá (Estigarribia, op. cit., 1978).

Para esses grupos, o estado de Minas Gerais determinou a demarcação de 2 mil ha, a qual se iniciou em 1918, sendo posteriormente a área ampliada para 4 mil ha pela Assembleia Legislativa daquele estado, em 1920. A segunda demarcação, entretanto, só se iniciou em 1927, após o massacre da aldeia de *Kuparak* (onça) perpetrado pelos ocupantes da colônia Bueno Brandão, contra o pequeno grupo

de Krenak, então já falecido, e alguns remanescentes Nakrehé que ali haviam se refugiado após a extinção da sua aldeia, mas que se recusavam a manter contatos com o SPI. Os efeitos imediatos desse massacre foram a redução do contingente populacional, o retorno dos Nakrehé para o Etwet e o deslocamento dos Krenak para a aldeia do Eme, sob a proteção do SPI (Paraíso, 1991). Foi em decorrência desse evento que a segunda demarcação ampliou a área demarcada de 2 mil ha para os 4 mil ha efetivamente doados. Porém, já em 1921, o SPI iniciava a prática de arrendar as terras indígenas a trabalhadores nacionais. Inicialmente foram quatro os contratados que pagavam a taxa *in natura*, sob a alegação de que com esses produtos poder-se-ia alimentar melhor os índios, que eram nômades e praticavam uma agricultura incipiente (Silva, 1953, dat.).

As constantes discussões entre o SPI e o governo de Minas Gerais perduraram por muitos anos. As acusações eram mútuas e giravam em torno da manutenção ou não do controle da área e da reversibilidade da doação efetivada pela Assembléia Legislativa daquele estado. O órgão federal acusava o governo do estado de invadir o posto indígena, expulsar funcionários, arrolar os bens daquela instituição como sendo do estado, ameaçar os índios e não respeitar a administração local. Já o estado acusava o inspetor Lobo, do SPI, de retirar ilegalmente madeira da área, beneficiando-se e desviando recursos para financiar tropas governistas anti-Getúlio Vargas; de não haver fundado a colônia indígena (aqui entendida como uma vila de casas individuais e arruadas, estando os índios perfeitamente "integrados"), como rezava o artigo 1º do decreto nº 4462, de 10/12/1920, que efetivava a doação. A solução desse primeiro questionamento só teve parecer jurídico em 1931, quando foi dado ganho de causa ao SPI (Paraíso, 1991).

As tentativas de controlar o número, a expansão e a ação dos arrendatários na área dos Krenak não surtiram o efeito desejado, transformando-se em foco de constante tensão, acusações mútuas e desentendimentos quanto ao preço a ser cobrado pelo arrendamento e a propriedade ou não de tal cobrança.

Em 1955, com a descoberta de uma mina de mica na área central da Reserva Indígena, a disputa assumiu proporções maiores e a pres-

são dos arrendatários para que se desse a reversão da doação da área Krenak assumiu contornos jurídicos.

A criação do Horto Florestal do rio Doce, administrado pela Polícia Florestal de Minas Gerais, trouxe graves conseqüências para os Krenak, pois o SPI acordou em transferi-los para a área maxakali no norte do estado. Os rendeiros passaram a pagar suas taxas à prefeitura de Resplendor (Espírito Santo, 1981; De Marquet, 1982). A justificativa para a transferência dos índios foi um atentado a bomba perpetrado contra a casa do administrador do horto florestal, pelo qual os índios foram responsabilizados. Houve resistência por parte dos Krenak, mas apenas alguns conseguiram fugir e refugiar-se nas ilhas do rio Doce (Júlia Krenak, 1989; Luzia Oliveira, 1989).

As condições de vida em Maxakalis eram péssimas: relações tensas entre dois grupos tradicionalmente rivais, desassistência por parte do SPI, fome, frio e mortes (Júlia Krenak, 1989; De Marquet, 1982). Insatisfeitos, os Krenak, em 1959, retornaram a pé até Governador Valadares, onde tomaram o trem para a estação Krenak, passando a conviver com a administração da Polícia Florestal, que não lhes

Capitão Nuhim e suas mulheres. Posto Indígena de Eme, Krenak.



prestava a menor assistência. Alguns Krenak, entretanto, não retornaram à área: ou “se perderam no mundo” (Laurita Félix, 1989) ou foram transferidos pelo SPI para o posto indígena Vanuíre, no estado de São Paulo (Espírito Santo, op. cit.; De Marquet, op. cit.). O SPI só retomou a área em 1966, quando o falido projeto foi abandonado, encontrando toda a infraestrutura montada pelo órgão em péssimo estado de conservação (Paraíso, 1991).

Nesse mesmo ano foi criada a Guarda Rural Indígena (Grin), que antecedeu o surgimento do Reformatório Agrícola Indígena, sediado na área Krenak, para onde passaram a ser transferidos todos os índios enquadrados como “desordeiros e perigosos para a harmonia tribal” (Dias Filho, 1990). Era, na realidade, um presídio: os presos, que tinham a sua vida totalmente controlada, recebiam castigos severos, eram avaliados mensalmente. Para eles não havia período de reclusão definido ou determinado.

O presídio chegou a abrigar entre sessenta e oitenta indivíduos, em média. Suas tribos eram: *Karajá*, *Terena*, *Kampa*, *Mawé*, *Xerente*, *Kayapó*, *Kaingang*, *Baenã*, *Kadiwéu*, *Bororo*, *Kaiwá*, *Kanela*, *Pankararu* etc.

Do percentual de casos trabalhados por Dias Filho (op. cit.), encontramos a seguinte incidência de acusações de crimes: 22,2% por roubos; 28,8% por homicídios; 4,6% por casos de embriaguez e 44,4% por vadiagem.

A vigilância era brutal, havendo casos comprovados de espancamentos e até mesmo de mortes, como a de Dedé Baenã, que havia tentando fugir do reformatório.

Dias Filho (op. cit.:2) afirma:

“[...] a vida no presídio era dura e difícil para os presos e para os Krenak, pois a guarda e os chefes de posto que atuaram no posto indígena Guido Marlière, nesse período, obedecendo às instruções do capitão Pinheiro, chefe da Ajudância Minas-Bahia da Fundação Nacional do Índio (Funai), não vacilavam quanto aos castigos aplicados aos índios (até mesmo os Krenak — que trabalhavam para sustentar os presos — eram submetidos a essas punições). Por esses e outros motivos, os índios preferiam arriscar a vida em fugas desesperadas a ficarem, mesmo que não permanecessem totalmente cativos”.

Para completar esse quadro de convivência forçada com etnias diferenciadas, em 1969

são instalados na área Krenak vinte índios Guarani transferidos de Parati, no estado do Rio de Janeiro.

As pressões dos arrendatários aumentam entre 1969 e 1970, porém a Funai ganha a ação de reintegração de posse em 21/3/1971, ficando determinada a transferência dos arrendatários no prazo de quinze dias. Porém uma negociação entre a Funai e o governo de Minas Gerais, expressa no ofício nº 452/Pres/Funai, de 1/12/1971, transfere os Krenak e o presídio para a fazenda Guarani, doada pelo estado, para onde foram transferidos alguns Pataxó de Porto Seguro, na Bahia.

A transferência deu-se em clima de total revolta, sendo alguns dos índios, inclusive, transferidos algemados e jogados em caminhões, após doação de alimentos feita pelo arrendatário Mário Veitas (Paraíso, 1991). Imediatamente o estado de Minas Gerais titula os arrendatários.

A insatisfação dos Krenak devia-se não só ao caráter violento da transferência, como a ela mesma e às péssimas condições de vida: ausência de rio de grande porte onde pudessem pescar; clima muito frio; solo esgotado pelo plantio de café, o que os fez perder a colheita; falta de argila; e convivência forçada com outros grupos (Bibiano, Xerente, Maria Augusta Krenak, 1989; Marcatto, 1979; Serra, 1973).

As fugas eram constantes e as pressões, fortes. Finalmente, em 1980, com o apoio do Grequi (Grupo de Estudos da Questão Indígena) e do Cimi (Conselho Indigenista Missionário), 26 dos 49 Krenak transferidos para a fazenda Guarani retornaram para a sua área de origem, instalando-se em 68,25 ha que haviam sido abandonados pelo Patronato São Vicente de Paula após uma grande enchente do rio Doce, em 1978. A partir desse período dá-se a volta de alguns Krenak que viviam espalhados em vários pontos do país, particularmente em Vanuíre, em São Paulo.

Em 1983, a Funai ingressou com uma ação ordinária de anulação de títulos, que está tramitando no Supremo Tribunal Federal e que visa restituir aos Krenak os 4 mil ha efetivamente doados pelo governo de Minas Gerais para abrigá-los e aos demais sobreviventes dos Botocudos.

Calcular o número de grupos extintos ainda nos parece arriscado, pois estamos numa

etapa de trabalho em que iniciaremos a checagem de notícias de remanescentes Botocudos ainda vivendo pelos três estados. Até mesmo na área Krenak, ainda há algumas dúvidas quanto à identificação das identidades originais que hoje se denominam conjuntamente de Krenak. Sabemos haver: *Krenak*, *Pojixá*, *Nakrehé*, *Gutkrak*, *Miñajirum*, *Etwet* e *Nakne-nuk*, num total de cem pessoas recenseadas em 1989 (Paraíso, 1991).

QUEM ERAM E QUEM SÃO OS BOTOCUDOS

Os Botocudos, como são mais popularmente conhecidos, pertencem ao tronco lingüístico Macro-Jê (Rodrigues, 1986:49), sendo caçadores e coletores seminômades com uma organização social que se caracterizava pelo constante fracionamento do grupo, pela divisão natural do trabalho e por um sistema religioso centrado na figura dos espíritos encantados dos mortos (os *Nanitiong*) (Manizer, 1919:37).

A sua organização econômica baseava-se na caça e pesca — atividades tipicamente masculinas — e na coleta, exercida pelas mulheres. Com a sedentarização forçada pelos administradores, foi-lhes imposta a agricultura: os homens faziam a derrubada, preparavam a terra e plantavam, atividade esta dividida com as mulheres, que se responsabilizavam pela colheita.

A caça era a atividade mais importante na vida econômica do grupo, sendo considerados hábeis caçadores. Os territórios de caça e coleta tinham seus limites definidos pelo chefe do grupo. Sérios atritos decorriam da invasão desses territórios por outro grupo.

Havia dois tipos básicos de moradia: um para estadas mais longas — estacas fincadas em círculos, cobertas com folhas e galhos — e outro, de caráter temporário, composto de galhos da palmeira airi enterrados no chão, amarrados em cima, formando uma arcada, onde penduravam os poucos objetos do grupo familiar. Manizer (op. cit.:3) sugere que os acampamentos mais demorados seguiam uma demarcação espacial análoga ao poder estabelecido no grupo. As primeiras “choças” eram as dos mais idosos (entre estes, o chefe do grupo), e depois as dos seus filhos, obedecendo a uma ordem hierárquica (Guimarães, op. cit.:45).

A redução do território ocupado pelo grupo devido à expansão da sociedade nacional

levou a uma simplificação crescente dos abrigos; o grupo passa, então, a se proteger sob galhos de árvores, acendendo fogueiras aos pés de cada núcleo familiar (Métraux, op. cit., e Wied-Neuwied, op. cit.).

Os equipamentos dos Botocudos eram extremamente reduzidos e resistentes, o que lhes permitia rápido deslocamento ao primeiro sinal da presença de inimigos.

Sua denominação genérica — Botocudos — foi-lhes atribuída pelo uso dos botoques labiais e auriculares. Esses ornamentos eram feitos da madeira extraída da barriguda que, depois de cortada nas dimensões desejadas, era desidra-

Índios Krenak.





tada no fogo, o que a tornava leve e branca. Após essa fase, o botoque era pintado à base de urucu e jenipapo com desenhos geométricos.

Eram os homens que confeccionavam os botoques, seguindo a indicação estabelecida pelo herói cultural *Marét-Khamaknian*. Os de uso feminino eram menores, mas também feitos e implantados pelos homens, únicos conhecedores e com direito de exercerem tal atividade.

A cerimônia de furação das orelhas ocorria quando determinava o pai, após a criança ter atingido sete ou oito anos. O lábio inferior era perfurado mais tarde. Os botoques implantados inicialmente eram de pequeno porte e iam aumentando gradativamente de tamanho.

Os ornamentos de penas eram prerrogativa masculina e apresentavam-se como pequenos cocares, pequenas faixas amarradas aos braços, pernas e coxas.

A divisão social do trabalho calcava-se nos princípios de sexo e idade. Às mulheres competiam as tarefas de construção das casas, confecção de utensílios, excetuando-se as armas e os botoques, parte das atividades agrícolas, a coleta, preparação de alimentos, cuidado com as crianças e o transporte dos pertences e das crianças menores durante os deslocamentos. Aos homens cabiam as responsabilidades da caça, pesca, guerra e as já referidas na agricultura (Métraux, op. cit.; Wied-Neuwied, op. cit.; Saint-Hilaire, op. cit.).

A chefia era uma posição de relativa importância e não tinha caráter hereditário. A escolha recaía sobre aqueles que apresentassem característica de bravura no seu comportamento. Essa bravura era explicada pela dotação de poderes sobrenaturais. Suas responsabilidades eram solucionar querelas internas, decidir o momento e o local adequado para as migrações, além de orientar a guerra. Não havia grandes diferenças entre o chefe e seus comandados. Simbolicamente, alude-se ao uso de pintura e cocar peculiares e emplumação dos arcos nas guerras — oportunidade de afirmação pessoal ante os componentes do grupo.

A guerra e os combates ritualizados eram constantes devido à disputa pelos territórios de caça e coleta. Após o contato, os prisioneiros de guerra eram vendidos como “índios de corda” aos colonos. A acusação de antropofagia parece-nos duvidosa.

Os combates ritualizados eram previamente

marcados e em local definido, o que atraía espectadores. Os guerreiros de cada grupo posicionavam-se frente a frente e iniciavam a provocação e o espancamento alternado entre os membros dos pares. Cada par só iniciava o combate quando o anterior definia o vencedor. Não era permitido o uso de mãos, arcos e flechas na peleja masculina. Já as mulheres lutavam com mordidas, puxões de cabelos, unhas e retiradas dos botoques das oponentes. Rolavam pelo chão aos gritos de forma desordenada e aparentemente sem regras mais claramente definidas.

As lutas internas eram generalizadas e constantes, culminando, quase sempre, na cisão do grupo, o que reforça a idéia da organização dual entre os Botocudos (Wied-Neuwied, op. cit.; Métraux, op. cit.; Saint-Hilaire, op. cit.).

Os homens mais velhos gozavam de prerrogativas e prestígio, ocupando posição especial nas reuniões masculinas. Após os aldeamentos, essas reuniões passaram a ser realizadas no alpendre da casa de farinha. Na ocasião, assavam-se mamões verdes.

A existência ou não de ritos de passagem, associados a momentos críticos da vida dos indivíduos, parece-nos questão nebulosa. Há referências implícitas à cerimônia de furação de orelhas e discrepâncias quanto aos ritos de casamento e morte.

Os casamentos realizavam-se quando a moça atingia a puberdade, não havendo antes disso qualquer restrição ao intercuro sexual. Excetuando-se Saint-Hilaire (op. cit.), nenhum autor registra qualquer forma de cerimônia para marcar o casamento. Era comum o casamento entre homens adultos e as meninas órfãs que eles criavam. Os casamentos fora do grupo pressupunham o consentimento expresso do pai da noiva. O casamento preferencial parece-nos ser entre primos cruzados bilaterais, sendo proibido entre primos paralelos bilaterais (Guimarães, op. cit.:52).

A morte era vista com respeito, embora haja grandes discrepâncias entre as fontes quanto aos rituais, o que nos parece relacionar-se com os diferenciados estágios de contato dos grupos observados com a sociedade nacional. A descrição a nosso ver mais apropriada é a de Saint-Hilaire (op. cit.). Por ela sabemos que os mortos eram enterrados em covas rasas, em posição que assemelhava à de sentar-se. Sobre o túmulo, construam uma espécie de pálio,

feito com troncos de palmeira fincados nas quatro extremidades e recobertos com galhos de palmeira. Enfeitavam o pátio com penas de aves e peles de animais, depois de feita a limpeza do local. Era necessário alimentar os espíritos para que não se transformassem em onças (*kuparak*) e atacassem a aldeia.

A religião dos Botocudos acreditava na existência de quatro tipos de espíritos: os que viviam na esfera superior, os da esfera da natureza, os que viviam sob a forma de almas no interior dos corpos dos vivos e, finalmente, os do mundo subterrâneo.

O ordenamento dos espíritos fazia-se a partir do mais velho, o herói civilizador *Marét-Khamaknian* (Manizer, op. cit.) ou *Yekán-krenyirugn*, para Nimuendaju. Ele viveria no céu e jamais viria à terra. Ele viveria nas estrelas, era muito alto, cabelos ruivos, cabeça branca e possuía um pênis colossal que atingia até a garganta das mulheres humanas. Dessa possível união nasceria o *Marét-Khamaknian-Krouk* (o filho do velho *Marét*). Também nas esferas superiores vivia *Marét-Jikki* (a velha *Jikki*) que não tinha boas relações com o outro *Marét*.

O *Marét-Khamaknian* era considerado uma entidade benevolente, que atendia aos pedidos da comunidade, mas que também castigava com chuvas, tempestades ou matando com o toque de sua flecha invisível no coração. Era o responsável pelo ensino de todo o conhecimento detido pelos Botocudos, caracterizando-se como seu herói civilizador.

As tormentosas relações mantidas entre os dois *Marét* da esfera superior explicavam as diversas fases da lua.

Um dos espíritos da esfera superior que aparecia constantemente nos sonhos das mulheres, engravidando-as, eram os *Nanitiong*. Dentre eles destacava-se o *Waká*. Quem visse um *Nanitiong* sem estar dormindo estava condenado à morte. Para evitar a gravidez espiritual, as mulheres deveriam dormir próximo à luz das fogueiras. Os filhos dessas relações chamavam-se *Nanitiong-krouk*. Os espíritos da esfera da natureza eram os *tokón*. Tinham poderes sobrenaturais que alguns mortais poderiam adquirir, caso fossem seus eleitos. Eram de ambos os sexos e de todas as idades, viviam em fartura e eram imortais. Os seus eleitos — xamãs — eram os intermediários entre eles e a comunidade, revestindo-os, desse modo, de prestígio na estrutura social vigente. Como ha-

via uma superposição de poderes religiosos e políticos, podemos afirmar que todo o chefe político era xamã, porém nem todos os xamãs chegavam a ser chefes políticos.

O contato entre os *tokón* e seu protegido fazia-se numa cerimônia em que o xamã entoava cânticos em volta de um pilar sagrado, por onde o espírito descia. Apesar da presença de vários membros da comunidade na cerimônia, apenas os eleitos podiam vê-los e estabelecer contatos com eles.

Os espíritos que viviam nos corpos dos humanos af se instalavam a partir dos quatro anos de idade. A alma principal abandonava, regularmente, o corpo do ser vivo para viver experiências pessoais, que eram percebidas como sonhos. Quando a alma se perdia na sua viagem, ocorria a doença. Antes de a pessoa morrer, sua alma principal morreria dentro do seu corpo. As seis outras acompanhavam o cadáver até o túmulo, sobre o qual voavam chorando. Eram invisíveis para os membros da comunidade presentes à cerimônia. Caso não fossem alimentadas no túmulo e não se mantivesse uma fogueira acesa, essas almas complementares poderiam transformar-se em onças e ameaçar a aldeia, pois, não se alimentando, morreriam de fome. Passado algum tempo, espíritos bondosos da esfera superior vinham buscá-las para seu espaço, de onde não mais voltavam.

Dos ossos dos cadáveres surgiam espíritos que passavam a morar no mundo subterrâneo, no qual o sol brilhava durante a noite terrestre. Eram espíritos grandes, maus e negros que vagavam pela aldeia atacando os vivos, principalmente as mulheres, desenterravam os mortos, batiam no chão assustando todos, matando animais por espancamento. As vítimas se defendiam tentando surrá-los (Manizer, op. cit.; Guimarães, op. cit.; Loukotka, op. cit.; Métraux, op. cit.; Wied-Neuwied, op. cit.; Lowie, op. cit.).

O contato com a sociedade nacional provocou a aceleração das mudanças sociais dos grupos botocudos, levando à desagregação sócio-econômica e política com graves reflexos na vida da única comunidade botocudo reconhecida que ainda sobrevive: a dos Krenak.

Esse povo é resultado de uma dissidência do grupo *Gutkrak* (montanha do cágado — serra dos Aimorés) que vivia no Espírito Santo. A causa dessa dissidência parece ter sido



ou a discordância sobre o estabelecimento de contato com o SPI (Estigarribia, 1913 e 1934) ou o assassinato de membros do grupo (Mannizer, op. cit.).

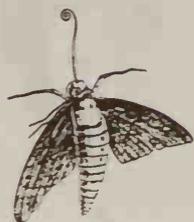
Refugiados nas matas de Resplendor, às margens mineiras do rio Doce, os Krenak vivem uma conturbada história, que relatamos no espaço dedicado à reconstituição histórica dos Botocudos. Aqui ressaltaremos aspectos da organização social desse grupo integrado.

Aldeados compulsoriamente desde 1912, os Krenak são um povo mestiçado, vivendo numa área de 68,25 ha totalmente devastados e insuficientes para sua população de 120 pessoas.

As atividades de caça e coleta inexistem, e a pesca encontra-se bastante prejudicada pela poluição do rio Doce. Hoje a sua atividade econômica reduz-se a uma agricultura incipiente, voltada para a subsistência e ainda assim insuficiente, e à criação de algumas cabeças de gado, das quais obtêm o leite que vendem para a Cooperativa de Resplendor. Não se assalariaram porque não são aceitos pelos fazendeiros como trabalhadores devido à disputa pelo restante das terras que lhes foram doadas em 1920. Apenas alguns poucos migraram para cidades mais distantes como Aimoré e Colatina, onde exercem atividades urbanas.

Moram em casas de modelo nacional, simples e rústicas, construídas pela Funai, insuficientes para a quantidade de famílias. É interessante observarmos que, apesar dessa interferência externa e do modelo nacional de organização espacial — o arruado —, a aldeia está subdividida em duas grandes áreas. Em cada uma das duas metades vivem duas famílias extensas que estabeleceram forte aliança entre si e uma oposição política ferrenha às da outra metade. Assim, hoje, na área onde vivem os aliados de Laurita Félix, reside o atual chefe do posto indígena, o índio Waldemar Adilson, que exerce forte oposição ao cacique José Alfredo de Oliveira, que vive com seus familiares e aliados na outra metade da área.

Seus equipamentos são tipicamente nacionais. Só recentemente, pela ação de Waldemar Adilson, os Krenak vêm tentando fazer ressurgir os equipamentos tradicionais. O objetivo não é apenas obter uma forma complementar de renda para o grupo; fundamentalmente, sua importância centra-se no plano simbólico como um sinal diacrítico (Carneiro da Cunha, 1986) afirmador da identidade étnica do grupo.



O uso de botoques foi totalmente abandonado há muitos anos. Já nos primeiros momentos de contato, noticiava-se que os Krenak e outros grupos botocudos deixavam não só de usá-los, mas também interrompiam a perfuração das orelhas e lábios das crianças por influência direta dos nacionais, principalmente dos agentes do SPI. Os cabelos também seguem o padrão regional.

Em momentos de festividade, costumam pintar-se com tintas que obtêm de forma muito pouco tradicional: batom, ruge, violeta geniana, anilinas e refresco Q-suco.

Desde o momento do seu aldeamento, os Krenak sedentarizaram-se, porém continuam a organizar-se em termos de aliança política e solidariedade econômica em famílias extensas. Devido às constantes transferências e dispersão do grupo, a sua organização dual, com metade exogâmica e matrilocal, encontra-se adaptada às reais condições históricas e arranjos necessários à reprodução do grupo. Assim sendo, a poliginia dos chefes não mais existe, mas a poligamia em série é uma característica marcante do grupo. Os casamentos dão-se predominantemente entre as famílias existentes de forma exogâmica: os Isidoro Krenak; Félix Viana; Cecílio Damasceno; Imbelina e Souza. Estas famílias extensas, “ao se casarem entre si, estabelecendo alianças, amenizam os conflitos existentes, mas não permitem a sua superação. Em razão da disputa pelo poder político no grupo, a realização deste tipo de casamento pode possibilitar um convívio relativamente amistoso entre as famílias ou engendrar uma cisão grupal” (Guimarães, op. cit.:59).

“Devido ao alto índice de mestiçagem devido aos casamentos interétnicos, o grupo estabelece, mais uma vez, o casamento entre primos como forma preferencial de união. Este mecanismo permite uma articulação política mais eficaz, baseada nas alianças formadas entre as famílias. Segundo o próprio grupo, este tipo de casamento garante a aquisição de maior controle da área, evitando a infiltração de outros nacionais” (Guimarães, op. cit.:61).

Quando das várias transferências para outras áreas indígenas (Maxakalis; fazenda Guarani; Vanuíre) e da convivência forçada com outras etnias durante a existência em Krenak do reformatório/presídio Krenak, o casamento preferencial também incluía índios de ou-

tras etnias, e os outros casamentos entre primos de segundo grau eram aceitáveis devido ao desequilíbrio demográfico entre os sexos, já que os homens haviam migrado em maior número para Colatina, Resplendor e Conselheiro Pena. Às mulheres Krenak restavam os prisioneiros e os trabalhadores nacionais que atuavam na reserva.

Podemos assim identificar a alta incidência de casamentos interétnicos:

| CASAMENTOS | NÚMEROS ABSOLUTOS | % |
|-------------------|-------------------|------------|
| Com nacionais | 9 | 33,33 |
| Com outras etnias | 11 | 40,74 |
| Com Krenak | 7 | 25,93 |
| TOTAL | 27 | 100 |

Fonte: Paraíso (1991:20).

A divisão social do trabalho coloca-se nos moldes regionais. Não percebemos a realização de qualquer ritual para o casamento. A partir da puberdade as uniões fazem-se e desfazem-se sem maiores cerimônias ou complicações, sendo apenas respeitadas as regras da exogamia e da proibição do incesto válidas para o sistema classificatório vigente.

Observamos, entretanto, na visita que realizamos ao cemitério Krenak em companhia de Laurita Félix, que a presença de *Karái* (“branco”) na área de enterramento exige ainda o mesmo ritual descrito por Manizer (op. cit.:37) de explicações ao morto sobre a presença do intruso e pedidos para que não se ofenda e aceite tal intromissão (Paraíso, 1989:40).

As doenças hoje são tratadas pela medicina nacional graças à presença de enfermeiro da Funai. Das antigas práticas mantêm ainda o conhecimento de algumas ervas a serem usadas em caso de doenças.

Xamã não mais existe. O último assim reconhecido, Krembá, hoje é um poderoso *tokón*, que se comunica regular e exclusivamente com a sua eleita Marilza Félix, transmitindo mensagens sobre a reorganização do grupo em termos tradicionais para que possa ganhar a ação de nulidade de títulos que corre no Supremo Tribunal Federal. Recomenda também aos Krenak que voltem a “dançar”, fazer arcos e flechas e curar suas doenças de forma



Índios Krenak fotografados no início do século.

tradicional. É também *tokón Krembá* que insiste na necessidade de que seja encontrado o mastro levado da aldeia, pois só assim outros *tokón* poderão comunicar-se com seus eleitos e ensinar coisas novas e importantes para os Krenak.

O sistema religioso não mais se encontra ordenado de forma harmoniosa e articulada. Perderam suas referências aos *Marét*, mas temem o *Nanitiong*. Os *tokón* são a presença mais forte, particularmente graças às “comunicações” constantes com sua eleita — Marilza Félix — e à importância dessas comunicações na disputa política que se faz presente na vida da comunidade. Se os aliados do “cacique” detêm e dividem as benesses do poder político, os seus oponentes passam a deter o poder religioso por meio do *tokón Krembá*, que escolheu como eleita a filha da principal oponente do cacique — Laurita Félix.

Com relação aos espíritos dos mortos, só observamos a preocupação em velar e alimentar os do antigo capitão Krenak. Afirmam os índios que, após as terras terem sido “invadidas” pelos brancos, eles não puderam localizar o túmulo de Krenak e alimentar as suas almas. Estas, então, transformaram-se em onças e residem no sétimo salão do conjunto de grutas do município de Resplendor, conhecido por Sete Salões. Segundo os Krenak, todos os *karái* podem percorrer os seis primeiros salões, porém, se tentarem penetrar no sétimo, serão destroçados pelo *kuparak-Krenak* (onça Krenak). Afirmam ainda que, caso ganhem a ação no Supremo Tribunal Federal, com a saída dos fazendeiros, o seu primeiro ato será des-

cobrir o tímulo de Krenak para que possam alimentar as suas almas e dar descanso ao velho capitão.

Transformados, lutando para manter a sua identidade, o que constatamos é que os Krenak, além de sua língua — o Borun (Seki, 1986) —, que é falada com fluidez e regularidade pelos adultos, mantêm ainda alguns traços característicos do seu povo. Isto apesar das adaptações exigidas pelo contato para que se garantisse a sobrevivência física e a reprodução social dos Botocudos.

AS FONTES PRIMÁRIAS A DIVERSIDADE DE OPINIÕES E POSIÇÕES

As fontes primárias que tratam da questão botocudos cobrem o período compreendido entre os séculos XVI e XX de forma ininterrupta. Fazem-no sob várias apelações. No século XVI as denominações predominantes são *Tapuia* e *Aimoré*, ambas oriundas da língua Tupi. A primeira caracteriza-se por ser ampla e generalizadora, estabelecendo confusão quanto aos vários grupos de língua Macro-Jê que habitavam os sertões da Bahia, Espírito Santo e Minas Gerais. A denominação *Aimoré* parece-nos ser mais exata e precisa.

A partir do século XVII os primeiros contatos efetivos e alguns aldeamentos, como o da barra do rio das Contas (Bahia), tornaram conhecida a autodenominação do grupo, que passou a generalizar-se e, em alguns pontos, no Espírito Santo e em Minas Gerais, a conviver com a antiga denominação *Aimoré*.

Assim, a documentação desse século passa a identificá-los crescentemente de *Gren*, *Gueren* ou *Kren*.

Já no século XVIII começa a aparecer uma nova denominação criada pelos portugueses — Botocudos. A denominação foi retirada da tradição grupal de uso de botoques labiais e auriculares, feitos da madeira da barriguda (*Bombax ventriculosa*). Esse adorno era comparado pelos portugueses a botoques, rolhas usadas para tampar tonéis (Rugendas, 1979:164). Aliás, não apenas os portugueses tiraram a denominação do grupo pelo adorno; também os *Malali* os chamavam de *epcossek* (grandes orelhas) (ibidem).

Essa denominação — Botocudos — generalizou-se de tal forma que passa a ser dominante até o fim do século XIX, quando contatos mais intensos e o aldeamento sistemático

dos vários grupos permitiram o conhecimento dos vários subgrupos com suas variadas autodenominações, sempre retiradas de acidentes geográficos ou dos nomes de caciques que chefiavam as dissidências, tão comuns entre esse povo. Assim, começam a surgir na literatura as denominações *Gutkrak*, *Miã-Jirum*, *Nakrehé*, *Naknanuk*, *Pojixá*, *Krenak*, *Etwet* e tantas outras. Tais denominações predominarão no fim do século passado e, principalmente, neste século XX, quando o número de grupos sobreviventes reduz-se drasticamente (Manizer, 1919:4; Emmerich e Monserrat, 1975; Marcatto, 1979). Outra questão a ser aventada diz respeito ao território ocupado pelos Botocudos e à ordem cronológica do aparecimento dessas áreas na documentação, que está diretamente correlacionada com a expansão da sociedade dominante. A área reconhecida como território botocudo tem por limite norte o rio Una que deságua na baía das Camamu e, por sul, o Doce. Nessa faixa de terra estão englobadas as bacias dos rios Una, das Contas, Pardo, Jequitinhonha, São Mateus, Mucuri e Doce.

É interessante observarmos que a documentação do século XVI restringe-se às áreas de Camamu, Boipeba e Tinharé, no rio Una, às regiões circunvizinhas às vilas de Ilhéus e Porto Seguro e à região da serra dos Aimorés e do Doce. Nas regiões das vilas, os ataques resultavam das tentativas de escravização dos Aimoré para substituir, nos engenhos de açúcar, a desaparecida mão-de-obra tupiniquim e tupinambá, que ou havia se evadido em sucessivas revoltas ou falecido em decorrência da epidemia de varíola entre índios aldeados em 1563. Já na área da serra dos Aimorés e no Doce, os contatos nesse período decorrem das entradas, que, partindo das capitânicas de Porto Seguro e Espírito Santo, buscavam ansiosamente o “El Dorado” (Cubas, 1902; Senna, 1927; Vianna, 1935; Rugendas, 1979; Maia, 1902; Magalhães, 1944).

A documentação do século XVII está mais relacionada com as entradas paulistas, com os relatórios dos jesuítas e relatórios de funcionários governamentais encarregados da administração policial. A do século XVIII é principalmente de cunho militar e administrativo, particularmente na região das minas. No século XIX, a documentação é bem mais variada, indo da administrativa — presidentes das



províncias, diretores de aldeias, missionários, militares etc. — até obras de viajantes naturalistas estrangeiros e pensadores nacionais. A documentação do século XX provém predominantemente de etnólogos, lingüistas, sertanistas, indigenistas, antropólogos e servidores do SPI e da Funai.

As fontes primárias serão aqui tratadas separadamente considerando-se o fato de serem ou não publicadas.

As não publicadas mais relevantes encontram-se nos arquivos públicos dos três estados, além de no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro e em arquivos europeus, principalmente em Portugal. Destas, destacamos, no Arquivo Público da Bahia, Seção Colonial, os relatórios apresentados ao Governo Geral sobre conflitos e repressões e concessões de terras e poderes a capitães-mores e bandeirantes, além de reclamações das várias Câmaras Municipais. Destacamos, por exemplo, os relatórios da revolta dos Gueren no sul da Bahia, no século XVII.

Já no século XIX, a grande fonte de informações é a correspondência do presidente da província com os vários órgãos provinciais e do governo central, particularmente com a Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio, Viação e Obras Públicas. A grande massa de documentos do século XX encontra-se no Museu do Índio, onde está depositada toda a correspondência administrativa e relatórios dos funcionários do SPI e da Funai.

Ainda destacaremos o material de Curt Ni-muendaju, depositado no Museu Nacional, e o de Manizer, que se encontra no Museu de São Petersburgo, contendo inclusive as experiências feitas por ele a partir das sugestões de Pavlov, de quem era discípulo, entre os Krenak e os Gutkrak.

Também sabemos da existência de relatórios inéditos e nem sequer catalogados no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro que ainda não pudemos pesquisar detalhadamente.

Inicialmente, chamaremos a atenção para a obra dos missionários que mantiveram contatos esporádicos ou trabalharam entre os Botocudos. Entre os eclesiásticos, destacaremos o padre Júlio Engracia (1900) e monsenhor Claro Monteiro (1900).

Entretanto, os viajantes do século XIX, momento em que os contatos entre os Botocudos e a sociedade nacional se intensificaram,



Índios Krenak.

apresentam o material mais rico e descritivo sobre o grupo. Os mais importantes são Briard (1855), Rugendas (1828), C. Expelly (1857), Freireyss (1814), Jomard (1846), conde de Suzanet (1845), J. Mawe (1810). Porém aqueles que realmente descreveram com grande clareza a organização social dos Botocudos são, indubitavelmente, o príncipe Maximiliano Wied-Neuwied (1815), Augusto de Saint-Hilaire (1822) e J. B. von Spix e C. F. P. von Martius (1817).

Um número grande de memorialistas também cuidou das relações entre os Botocudos e a sociedade nacional a partir de suas experiências e observações pessoais. Destacaremos entre eles: Araújo Aguirre (1900), Ambrósio Brandão, Jorge Noberto (1909), José Freire

Moura (1810), Pedro Ataíde de Mello (1889), Antonio Neves (1903), José Joaquim Machado Oliveira (1845). Os mais ricos em detalhes são o presidente da província do Espírito Santo — Francisco Alberto Rubim (1817) — e o construtor da Estrada de Ferro Vitória-Minas, Ceciliano Abel de Almeida (1910).

Particularmente no fim do século XVIII, surgem alguns pensadores sobre o uso da mão-de-obra indígena. Dentre eles, ressaltamos Domingos Moniz Barreto, cônego Barbosa e, já no século seguinte, B. L. Garnier.

Porém a maior quantidade de documentos advém dos funcionários de vários órgãos que administraram a política que direta ou indiretamente atingiu os Botocudos. Temos, assim, a correspondência de Guido Tomaz Marlière — fundador das Divisões Militares dos rios Doce e Jequitinhonha e responsável pelo aldeamento de parcela significativa dos Botocudos em Minas Gerais —, relatórios policiais, propostas de criação de companhias comerciais nos rios Doce, Mucuri e Jequitinhonha, Cartas Régias e outros documentos relativos a conflitos e administração das aldeias.

Vários engenheiros foram encarregados de estabelecer: rotas de correio (D'Almeida Barbosa (1845) e Luiz Navarro (1808)); rotas navegáveis de rio (D'Allincourt (1833) e Francisco de Paula (1850)); limites entre os três estados (Milton Campos (1945), Leonardo Fonseca (1835), Augusto Lima (1900)); identificação de termos de aldeias (José Francisco Carvalho (1795) e Charles Hartt, que participou da Expedição das Borboletas, chefiada por Gonçalves Dias).

Dos engenheiros destacamos a obra de Leon Renault (1837) e dos presidentes da província, Manoel Pontes (1800) e Manoel Tovar (1804). Dentre os funcionários do SPI, a de Estigarribia, chefe do SPI no Espírito Santo e encarregado de realizar as últimas "pacificações" dos Botocudos na Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo. Entre os antropólogos, distinguimos as obras de Henri Manizer (1914), Curt

Nimuendaju (1939), Marcos Rubinger (1960), Simões da Silva (1918), Sonia Marcatto (1972). E entre lingüistas, destacaremos a única a realizar trabalho diretamente entre os Krenak, Lucy Seky (1982).

Esse conjunto de obras primárias, de riqueza inestimável, aliado a tantas outras aqui não referidas, permitir-nos-á reconstituir o passado e o presente dos Botocudos.

AS FONTES SECUNDÁRIAS E OS BOTOCUDOS

Há um conjunto de obras secundárias ainda não publicadas, às quais tivemos acesso por meios variados. As mais relevantes são três trabalhos de conclusão de curso de graduação em ciências sociais: um na Universidade Federal de Juiz de Fora (MG) — de Gilson Moreira e Paulo Noronha — e dois na Universidade Federal da Bahia — o de Núbia Maria Calazans Guimarães e o de Antonio Jonas Dias Filho. Existe também um conjunto de trabalhos de antropólogos ligados à Funai ou a outras entidades de grande importância, até agora não publicados.

As fontes secundárias publicadas podem ser classificadas, de acordo com a sua origem, em várias categorias. Em primeiro lugar, estão as teses de doutoramento: a de Marília Mello e Alvim, a de Carlos Moreira Neto e a de Sônia de Almeida Marcatto, sendo as duas últimas as mais ricas em dados e informações no tocante à trajetória histórica do grupo. Entre os antropólogos, ressaltamos os trabalhos de Darcy Ribeiro, Josef von Haeckel, Walter Knoche, Chestemir Loukotka, Alfred Metraux, Estevão Pinto, Lowie e Otto Queller. Dos geógrafos, os que tratam do assunto são: Walter Egler, Miguel Kill, William Steains e Ney Strauch.

Há ainda muitas outras obras e referências aos Botocudos, porém evitamos citá-las para não nos alongarmos demais no tema.

Este trabalho resulta de financiamento da Fundação Banco do Brasil ao Projeto *Os Botocudos em Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo — em busca do passado*.

